

# Ulysses pune ausentes com desconto de diária

ESTADO DE SÃO PAULO

# Empresários lutam em defesa da livre iniciativa

ANC 04  
22 ABR 1993

ANC X  
Indyar

## AGÊNCIA ESTADO

O constituinte que faltar a quatro sessões seguidas ou a sete alterações será descontado em seus vencimentos de Cz\$ 100 mil. Essa é a sanção pela qual o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pretende aumentar o quórum das sessões. Mas a multa de Cz\$ 25 mil por dia faltado foi considerada amena pela maioria dos constituintes, enquanto o líder do PMDB, senador Mário Covas, que classificou a punição de pouco rigorosa.

A multa aos constituintes faltosos deverá entrar em vigor no sábado, após a publicação da medida no Diário da Instituição. Só os senadores e deputados "comprovadamente doentes ou designados para missões autorizadas pela Mesa terão suas ausências justificadas. A decisão foi tomada com base no artigo do regimento que dá à Mesa competência de velar pela regularidade dos trabalhos, conforme explicou ontem o deputado Marcelo Cordeiro. Para ele, chegou-se a essa medida por ex-

clusão: "Mexer no mandato é coisa muito delicada, porque ele provém do voto e é popular. Tudo isso cria implicações legais".

Um constituinte recebe hoje cerca de Cz\$ 800 mil. A parte fixa do salário é de Cz\$ 150 mil; os 650 mil restantes correspondem a auxílio-moradia, gratificação (jeton), transportes, entre outros. E sobre essa parte do salário que incidirá o desconto. O ato da mesa determina o desconto de um trinta avos por dia de ausência da remuneração variável recebida pelos que deixaram de participar de votação plenária por quatro dias consecutivos ou sete alternados no mês. As ausências, assim, só serão computadas depois do quarto dia seguido faltado. Se o deputado ou o senador faltar três dias e comparecer à sessão no dia seguinte, as faltas serão computadas e somadas a outras que ele venha a ter durante o mês. Se, alternadamente, as faltas chegarem a sete no mês, o desconto será de Cz\$ 175 mil. As ausências de um mês, no entanto, não serão somadas com as de outro mês.

## PROTESTOS

"Isso não vai funcionar, porque quem falta não precisa dos subsídios." Essa é a reclamação do líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ). Para ele, ainda por cima "a Constituinte confessa que vinha pagando a quem não comparece". Não só os líderes pedessista e peemedebista criticaram a medida da Mesa da Constituinte, mas também o do PTB. Gastone Righi acha que a medida correta seria a modificação do regimento interno da instituição para o constituinte faltoso ser substituído por seu suplente. O deputado admitiu, porém, que qualquer medida punitiva, visando a acabar com as ausências, é bem-vinda. As anunciadas pelo presidente Ulysses Guimarães não são suficientes. Os faltosos, em grande maioria, são ricos e não precisam, até dispensam, os subsídios.

E o deputado que mais falta à Constituinte, o mineiro Mário Bouchardet (PMDB), sentiu-se diretamente atingido. "Acho que me pegaram para boi de piranha, pois muitos faltam e só eu pago o pato."

## AGÊNCIA ESTADO

Representantes de todos os segmentos empresariais do País se reuniram ontem na sede da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, para defender o princípio da livre iniciativa, base da proposta do Centrão para o capítulo da ordem econômica na Constituinte. Ao mesmo tempo, os pequenos e médios empresários fizeram outro tipo de lobby: ocuparam o Salão Negro do Congresso para tentar convencer os constituintes a votarem um tratamento diferenciado para o setor.

Em Santa Catarina, cerca de 90% das prefeituras paralisaram suas atividades, reivindicando a aplicação imediata da reforma tributária. E as lideranças da agropecuária anunciaram que promoverão grandes manifestações populares em favor da desestatização da economia.

"Todos sentiram o perigo da estatização do setor produtivo; por isso resolvemos unir esforços", disse Ronaldo Caiado, presidente da UDR durante o encontro dos empresários. O senador Albano Franco, presidente da CNI, destacou a importância de todas as confederações patronais estarem juntas "para defender a sobrevivência da livre empresa." Já o presidente da Confederação Nacional de Comércio (CNC), Antônio de Oliveira Santos, observou que "não é coincidência que essa reunião de empresários seja realizada no mesmo dia em que se inicia a votação do capítulo da ordem econômica."

Na reunião estavam os setores da indústria, comércio, agricultura e entidades financeiras. "Apesar dos desentendimentos, que se situam a nível de varejo", como disse Caiado, todos estão empenhados em fazer valer o conceito da livre

iniciativa na Constituinte, atuando no atacado.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, visitaram os estandes montados no Congresso pelos pequenos e médios empresários. E, ao lado do senador Albano Franco, firmaram o compromisso de lutar pela aprovação dos dispositivos que beneficiam o setor.

Mais de 90 representantes da Frente Ampla da Agropecuária e das UDRs regionais estiveram ontem na Confederação Nacional da Agricultura para definir a estratégia que adotarão em relação à Constituinte. Segundo Ronaldo Caiado, estão sendo contatados os grupos que ajudaram na eleição dos deputados e senadores. No Congresso, cerca de 500 pessoas já pressionam os parlamentares para garantir a livre iniciativa e, segundo Caiado, outras duas mil serão deslocadas para Brasília até o final da votação.

# A lei limita endividamento

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte impôs ontem forte limitação ao endividamento do governo federal, ao aprovar emenda que impede a emissão de títulos para a cobertura de despesas de custeio e para o giro da parcela da dívida pública correspondente aos encargos. A limitação tornaria inviável a administração do orçamento, se tivesse de ser adotada imediatamente, afirmaram técnicos do Ministério da Fazenda. Tanto que os constituintes deram ao governo prazo de cinco anos para que ajuste suas contas, reduzindo o que exceder o dispositivo à razão de um quinto por ano.

Esse foi um dos últimos dispositivos do Título VI, referente à tribu-

tação e ao orçamento, aprovados ontem pela Constituinte. Encerrada a votação do Título VI, foi mantida a proposta do Centrão, idêntica ao projeto da Comissão de Sistematização, segundo o qual o projeto de lei orçamentária anual enviado ao Congresso pelo presidente da República será promulgado como lei se até o encerramento do período legislativo não for devolvido para sanção. O deputado José Serra (PMDB-SP) considerou que a proposta representa, na prática, a manutenção do princípio do decreto-lei.

A Constituinte manteve os textos básicos do Centrão e da Sistematização ao estabelecer que lei complementar fixará limites de despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Fe-

deral e dos municípios, e a concessão de qualquer vantagem ao aumento de remuneração. A criação de cargos ou a admissão de pessoal só poderá ocorrer se houver prévia dotação orçamentária e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias. Ficam de fora as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Ficam proibidos, também, o início de projetos ou programas não incluídos no orçamento; a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvados os de participação; os recursos para o desenvolvimento do ensino e as garantias para as operações de crédito por antecipação da receita.

O texto aprovado ontem pela Constituinte está na página 47